



fadu
portugal
university sports

FRANCISCO
GARCIA →

**JUNTOS NA
DIVERSIDADE,
PELA NOSSA
GERAÇÃO**



CONSELHO
NACIONAL
DE JUVENTUDE

**CANDIDATO
À PRESIDÊNCIA**

Juntos na **Diversidade**, Pela Nossa **Geração**

Francisco Garcia - Candidato à Presidência do CNJ

Conteúdo

- 7 I. MOTIVAÇÃO & PROPÓSITO**
- 8 II. PRINCÍPIOS DA CANDIDATURA**
- 9 III. RAIO-X | FEDERAÇÃO ACADÉMICA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO**
- 10 IV. RAIO-X | FRANCISCO GARCIA**
- 12 V. EIXOS ESTRATÉGICOS**
- 31 VI. ENCONTRO NACIONAL DE JUVENTUDE**
- 32 VII. ÁREAS DE INTERVENÇÃO**



I. MOTIVAÇÃO & PROPÓSITO

Há 40 anos que Portugal conta com uma plataforma representativa das organizações de juventude de âmbito nacional e de todos os jovens portugueses: o Conselho Nacional de Juventude. O projeto do CNJ é marcado pela pluralidade e diversidade da participação jovem nacional e afirma-se como um espaço inclusivo, aberto a todos os jovens, independentemente das suas origens, estratos sociais ou convicções.

Há 40 anos que o CNJ escreve, página a página, geração após geração, uma história marcada por posições e iniciativas que foram parte fundamental para transformar a juventude portuguesa e o país. Essa história entra agora numa nova etapa, caracterizada pelas novas formas de participação política da nossa geração, pelos desafios contínuos da emancipação jovem, da habitação, da precariedade laboral e da saúde mental e, sobretudo, pelo imperativo de afirmar uma visão de futuro que coloque os jovens no centro das políticas públicas nacionais e internacionais.

Este é um momento que exige capacidade para ouvir, diálogo e responsabilidade, para que a participação jovem e a plataforma do CNJ sejam um pilar da nossa vida democrática e um espaço onde cada jovem se reconhece, se expressa e contribui para o futuro comum do nosso país.

Movido pela consciência do momento que vivemos, mas também pela ambição de transformar a realidade dos jovens portugueses, aceitei o desafio lançado pela Federação Académica do Desporto Universitário (FADU) para liderar a sua candidatura à presidência do Conselho Nacional de Juventude. Propoño-me a construir um projeto que una as vontades e ideias das OOMM's, que desperte a participação e o entusiasmo, e que seja capaz de criar o dinamismo necessário para dar voz e força às causas que nos definem.

Reconhecendo que os nossos desafios não se superam com propostas imprudentes ou vagas, apresentamos uma visão global, materializada num projeto consistente, integrado e profundamente consciente do rumo que o CNJ deverá tomar no futuro. Um rumo que, valorizando a diversidade e o contributo singular de cada organização-membro, veja na soma - e não na divisão - a principal ferramenta para enfrentar os desafios da nossa geração. Um rumo que, assumindo uma postura transformadora, sempre ao lado da juventude, considere a construção de pontes de diálogo como o motor essencial para o desenvolvimento da sociedade e, mais importante que isso, para que a agenda jovem tenha peso político nas políticas do Estado.

Este é um projeto desenvolvido para todos aqueles que acreditam que os jovens devem ser protagonistas na construção de uma democracia mais forte. Queremos contribuir para a construção de um Portugal com futuro: um Portugal desenhado pela nossa geração.

São estes os meus principais compromissos:

- Envolver os jovens na vida do CNJ e das suas OOMM's;
- Amplificar a voz da nossa geração;
- Transformar participação em políticas públicas concretas.

**Porque o futuro do país não se espera: constrói-se.
E isso faz-se Juntos na Diversidade, Pela Nossa Geração.**

FRANCISCO GARCIA

Candidato a Presidente do Conselho Nacional de Juventude
para o mandato 2026-2028

II. PRINCÍPIOS DA CANDIDATURA



III. RAIO-X | FEDERAÇÃO ACADÉMICA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO

A **Federação Académica do Desporto Universitário de Portugal (FADU Portugal)** é a estrutura nacional que representa e organiza o Desporto Universitário em Portugal, resultando da vontade das associações de estudantes em afirmarem uma federação verdadeiramente representativa deste ecossistema. Enquanto federação multidesportiva com estatuto de utilidade pública desportiva, integra diversos organismos nacionais e internacionais, assumindo um papel relevante na articulação entre o sistema desportivo, educativo e de juventude.

Com uma missão que abrange as dimensões desportiva, educativa e social, a FADU promove e regula as competições universitárias a nível nacional e regional, assegura a organização e gestão das seleções nacionais universitárias e representa Portugal nas principais competições europeias e mundiais. Envolve **anualmente mais de 10.000 estudantes-atletas nas competições universitárias formais e impacta outras dezenas de milhares de jovens através das atividades, eventos e projetos dinamizados pelos seus clubes e associados**. Neste contexto, assume igualmente como eixo estratégico a promoção da igualdade de género, garantindo o acesso equitativo à prática desportiva, à representação e à liderança no desporto universitário. Paralelamente, tem vindo a alargar a sua intervenção através do desenvolvimento de projetos nas áreas do desporto para todos, da formação, da responsabilidade social e da igualdade de oportunidades, contribuindo para a projeção internacional do país e das regiões.

Desde 2012, a **FADU Portugal integra o Conselho Nacional de Juventude reconhecendo-o como o espaço privilegiado de convergência das múltiplas expressões do movimento juvenil**. À semelhança do desporto, que reúne pessoas de origens, culturas e percursos distintos num mesmo campo, orientadas por regras comuns e um propósito partilhado, a FADU acredita que o CNJ é mais forte quando sabe **unir na diversidade**, transformar a pluralidade de vozes em ação coletiva e funcionar como uma verdadeira equipa ao serviço da juventude portuguesa.



IV. RAIO-X | FRANCISCO GARCIA



“Se queres ir rápido, vai sozinho. Se queres ir longe, vai acompanhado” transmite-nos a ideia de que juntos somos mais fortes, e foi sempre por esse princípio que procurei pautar a minha postura perante qualquer desafio. Sou natural de Lisboa e desde cedo tive o privilégio de ter um percurso marcado pelo contacto com diferentes realidades da nossa sociedade. O meu envolvimento cívico ativo começa ainda no ensino secundário, através da associação de estudantes da minha escola. A música, enquanto formação extracurricular na Escola de Música do Conservatório Nacional, e a prática desportiva federada como atleta de ginástica deram-me oportunidade de contactar com pessoas de origens e contextos diversos, contribuindo para uma visão mais aberta, plural, respeitadora e atenta à diversidade daqueles que nos rodeiam.

Com a entrada no Instituto Superior Técnico, tive contacto com um núcleo mais técnico e especializado, aprofundando uma abordagem estruturada à resolução de problemas. Nesse contexto, integrei o TLMoto, experiência que reforçou o trabalho em equipa, a responsabilidade e a ligação entre conhecimento técnico e aplicação prática. Posteriormente, integrei a Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico, onde desempenhei funções como Diretor do Gabinete de Desporto e Responsabilidade Social. Nessa posição, tive a oportunidade de trabalhar diretamente com centenas de estudantes-atletas, procurando compreender realidades distintas e encontrar soluções que respondessem ao interesse de uma comunidade ativa e alargada. Posteriormente, enquanto Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Alunos, conduzimos um processo participativo ao organizar um referendo sobre o modelo de ensino que envolveu cerca de 2.000 estudantes, confirmando que quando chamados a decidir sobre matérias que os afetam diretamente, os jovens mobilizam-se e participam.

Nos últimos três anos, encarei o desafio de co-liderar a Federação Académica do Desporto Universitário, tendo lidado diretamente com a coordenação de uma estrutura profissional alargada e com a gestão de um orçamento de grande escala, bem como com a consolidação da sua implantação nacional e o reforço do impacto direto junto de milhares de jovens. Para além da vertente competitiva do desporto universitário, fico com particular orgulho de ter participado no desenvolvimento de projetos estratégicos como o programa “Desafia os Números”, focado no aumento da participação feminina no desporto universitário, e no programa de fomento às associações da FADU, reforçando a capacitação, a coesão e o papel do associativismo estudantil como motor de participação juvenil. Tive ainda a oportunidade de representar a FADU Portugal em diversos fóruns nacionais e internacionais, levando a voz do desporto universitário e da juventude portuguesa a diferentes espaços de decisão e reflexão, nomeadamente no Conselho Nacional de Juventude, no Conselho Consultivo da Juventude, bem como em estruturas internacionais do desporto universitário como a European University Sports Association e a International University Sports Federation, reforçando a dimensão internacional do seu percurso e a capacidade de articulação entre juventude, desporto e políticas públicas.

Fruto deste percurso marcado por experiências ricas em diversidade, participação e responsabilidade institucional, proponho-me agora a liderar o Conselho Nacional de Juventude com a ambição de consolidar a estrutura como a grande plataforma de representação dos jovens em Portugal. **Uma liderança focada nas causas que verdadeiramente unem os jovens, com capacidade para construir pontes entre organizações, reforçar a cooperação interna e afirmar um CNJ que saiba furar a bolha, indo ao encontro dos jovens, falando a sua linguagem e criando condições para que também as suas organizações ampliem esse alcance. Um CNJ cada vez mais aberto, mais próximo e mais relevante, capaz de gerar impacto real e de se afirmar como estrutura de referência quando o tema é juventude, participação e futuro coletivo.**



V. EIXOS ESTRATÉGICOS

UMA VISÃO ESTRATÉGICA PARA O CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE

Inspirado pelo passado e voltado para o futuro, o **Conselho Nacional de Juventude deverá ser capaz de se afirmar como a grande estrutura agregadora da juventude** que esteja na primeira linha de contacto com as organizações-membro, e, por consequência, com os jovens portugueses. Uma plataforma de jovens que identificam e discutem os problemas e prioridades da sua geração bem como os seus sonhos e ambições. Um espaço onde os jovens se afirmam como solução para o país, para europa e para o mundo.

Mais do que uma visão, apresentamos uma candidatura que define um plano de trabalho para o mandato 2026-2028, assente em **três eixos estratégicos que interagem entre si e estabelecem um conjunto de prioridades e projetos capazes de ir ao encontro do cumprimento da missão do CNJ**, enquanto estrutura representativa das suas organizações-membro e da juventude portuguesa.



1. AUSCULTAR, CONSTRUIR & REPRESENTAR

O Conselho Nacional de Juventude não existe para falar por si próprio, mas para dar expressão política a uma pluralidade de organizações e de jovens que, em conjunto, compõem a juventude portuguesa. A sua missão ultrapassa a tomada pontual de posições públicas e **estrutura-se num ciclo contínuo de auscultação, planeamento, decisão e representação, assente na participação democrática.**

A **auscultação das organizações membro** constitui o primeiro pilar deste modelo. São elas que conferem densidade democrática, diversidade temática e legitimidade política ao CNJ. Escutá-las não é um exercício meramente formal, mas um processo estruturado e permanente, baseado no diálogo político e no contacto direto com as realidades que representam. Esta escuta deve ser antecipada e organizada, permitindo contributos efetivos para a definição de prioridades e para a construção das posições políticas da instituição.

Em paralelo, o CNJ deve afirmar uma **auscultação permanente e direta dos jovens** em sentido amplo, reconhecendo que o pensamento juvenil não se esgota nas estruturas organizadas. Jovens estudantes, trabalhadores, criadores ou jovens em situação de maior vulnerabilidade transportam experiências essenciais para compreender o país real. Através de inquéritos, sessões de auscultação e encontros temáticos, o CNJ deve integrar estas vozes no seu pensamento político, complementando o papel das organizações membro.

Este modelo exige método e visão estratégica, sendo o planeamento da direção um elemento central. Compete-lhe estruturar, com previsibilidade, os ciclos de auscultação e deliberação, garantindo clareza quanto a tempos, temas e objetivos. O planeamento não restringe o debate, cria as condições para que ele seja mais informado e consequente.

Este percurso reforça a ação política do CNJ ao transformar escuta em contributo político estruturado, ao reforçar a legitimidade e a previsibilidade institucional e ao consolidar posições assentes numa base participativa real.

As posições políticas do CNJ não podem ser declarações circunstanciais, mas antes o resultado de um processo estruturado que começa na auscultação, organiza-se através do planeamento e concretiza-se na tomada de posição. É este método - participativo, informado e coletivo - que garante legitimidade às posições que o CNJ assume.

Para reforçar e aprofundar este modelo, propomos a criação de um Centro de Estudos do CNJ, enquanto evolução natural da sua intervenção política. Um espaço pensado para transformar auscultação em conhecimento e conhecimento em capacidade efetiva de influência política. Este Centro de Estudos terá como objetivo produzir conhecimento próprio, rigoroso e orientado para a ação, qualificando não apenas a intervenção externa do CNJ, mas também o trabalho interno das suas organizações-membro e dos seus órgãos. Ao capacitar tecnicamente o movimento jovem, o CNJ estará em melhores condições para propor políticas públicas mais ambiciosas, mais fundamentadas e mais ajustadas à realidade dos jovens.

Ao mesmo tempo, a produção de estudos, pareceres e análises reforçará a credibilidade institucional do CNJ junto dos órgãos de soberania, das administrações públicas e das suas delegações internacionais, em espaços como a Assembleia Geral das Nações Unidas ou o European Youth Forum, afirmando-o como um interlocutor qualificado e incontornável nas matérias da juventude.

O modelo, a composição e as áreas de intervenção deste Centro de Estudos não estão fechados. Serão objeto de discussão no seio da direção e, posteriormente, apresentados e discutidos em Assembleia Geral, garantindo que esta nova estrutura nasce com legitimidade democrática reforçada e alinhada com as prioridades das organizações de juventude.

A representação política emerge, assim, como consequência direta do processo de auscultação e do planeamento. Representar implica estar presente nos espaços de decisão transportando posições internamente construídas e legitimadas. Esta lógica estende-se ao plano nacional e internacional, onde o CNJ se afirma como interlocutor legítimo porque fala a partir de uma base que foi ouvida e integrada.

Num tempo de exigência democrática acrescida, o CNJ deve afirmar-se como um espaço onde a juventude é verdadeiramente ouvida antes de ser representada. Não basta falar em nome dos jovens. É necessário criar condições para que estes se reconheçam nas decisões tomadas. Essa é a base de um CNJ forte, previsível e democraticamente sólido.

+REPRESENTATIVAS

TOMADAS
DE POSIÇÃO

+COESAS

+IMPACTANTES

DIREÇÃO

PROPOR TOMADAS DE POSIÇÃO
E RESPECTIVO PLANEAMENTO
ORGANIZACIONAL



AUSCULTAÇÃO PRESENCIAL
DAS OOMM'S



ASSEMBLEIA GERAL

DISCUSSÃO E APROVAÇÃO
EM SEDE DE ASSEMBLEIA GERAL"



AUSCULTAÇÃO JOVENS EXTERNOS
AO CNJ - (INQUÉRITOS, SESSÕES
DE AUSCULTAÇÃO)



VOGAL DE DIREÇÃO

DEFINIÇÃO DO PLANO DE
APRESENTAÇÃO E REIVINDICAÇÃO
DA TOMADA DE POSIÇÃO

"CADA TOMADA DE POSIÇÃO É
UM EXERCÍCIO DE MATURIDADE
DEMOCRÁTICA E UM ATO DE
RESPONSABILIDADE CÍVICA."

CONSELHO
NACIONAL
DE JUVENTUDE



2. DEMOCRACIA + FORTE | DEMOCRACIA + JOVEM

A participação democrática dos jovens portugueses tem sido, ao longo das últimas décadas, um espelho do próprio percurso histórico da democracia nacional. O ano de 2026 assinala simultaneamente dois marcos estruturantes: **cinquenta anos da eleição do Primeiro Governo Constitucional**, momento fundador da institucionalização da soberania popular, e **quarenta anos da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia**, que consolidou o país num espaço político e económico transnacional. Estas datas não são meros símbolos comemorativos. Representam quadros de referência que moldaram a forma como as diferentes gerações se relacionaram com a política, com a Europa e com o exercício da cidadania, **Deste modo, é essencial promovermos uma reflexão conjunta sobre as condições da participação democrática dos jovens em todas as vertentes da sua vida.** A juventude de hoje herda a maturidade de uma democracia consolidada, mas enfrenta desafios inéditos, que se refletem na forma como participa, intervém e se representa no espaço público.

Neste contexto, é defendido que as taxas de abstenção eleitoral não se apresentam como uma consequência da idade, sendo antes o reflexo da interação entre diferentes etapas de vida que tendem a intensificar a integração social e, por esta via, a participação eleitoral por parte dos jovens. A literatura internacional e nacional sublinha que **os jovens de hoje não rejeitam a política enquanto tal;** rejeitam sobretudo formas de participação que não acompanham os seus ritmos sociais, a sua precariedade económica, a instabilidade das trajetórias profissionais e o adiamento da autonomia pessoal. A entrada na vida adulta é cada vez mais tardia, levando a que os efeitos de ciclo de vida se manifestem também em idades mais avançadas.

A literatura aponta, ainda assim, para uma reinvenção, e não enfraquecimento, do envolvimento político dos jovens, sobretudo, através das chamadas novas formas de participação política. Tal como afirma o estudo *Political Participation of Young People in Europe*, os jovens não participam menos, participam apenas de forma diferente. Assinam petições, organizam campanhas temáticas, mobilizam-se em torno de causas ambientais e sociais, participam em protestos, utilizam meios digitais para influenciar debates e constroem novas formas de ação cívica que não são capturadas pelos indicadores tradicionais de participação. A criatividade associada a estas novas formas de envolvimento político, sublinhada no EU Youth Report 2024, mostra que existe vitalidade democrática, porém, esta deslocou-se do espaço formal das instituições para territórios mais difusos da participação cívica.

Apesar da criatividade que caracteriza as novas formas de participação política, esta energia não tem sido acompanhada por um aumento da representação juvenil nas instituições políticas. Pelo contrário, **os jovens permanecem sub-representados junto dos órgãos de decisão política.**

Em Portugal, a presença de deputados jovens no parlamento tem-se mantido sistematicamente abaixo dos 20% desde os anos 90. Em 2019, apenas 14,78% dos parlamentares tinham menos de 35 anos. Em 2022, este valor desceu para 10% e, em 2024, atingiu apenas 8,65%.

A verdade é que os partidos controlam o processo de renovação geracional, favorecendo candidatos mais experientes e mais velhos, ao mesmo tempo que limitam o acesso dos membros jovens a posições elegíveis nas listas eleitorais. Isto cria um círculo vicioso. Os jovens não se vêem representados nas instituições, o que reduz o incentivo à participação, o que por sua vez diminui a probabilidade de serem representados.

É neste contexto que os marcos históricos de 2026 assumem uma relevância particular. O cinquentenário do Primeiro Governo Constitucional é ocasião para visitar a promessa fundadora da democracia portuguesa, a promessa de uma participação política aberta, plural e representativa. Por sua vez, os quarenta anos da adesão à Comunidade Económica Europeia recordam que a geração de 1986 encontrou na Europa um acelerador de modernização e de expectativas. A juventude de 2026, porém, confronta-se com novos dilemas como a crise global da representação, a fragmentação do espaço público, a transformação tecnológica, as tensões sociais e económicas e a urgência de redefinir a forma como as democracias incorporam as vozes emergentes.

A juventude portuguesa precisa de ser chamada ao centro da vida democrática através de políticas que reconheçam a especificidade das suas condições de vida e do modo como estas condicionam a participação eleitoral. Por isso, torna-se fundamental que o Conselho Nacional de Juventude coloque no centro da sua ação política um **grande programa de abrangência nacional** (ciclos de debates, sessões de audição e um inquérito-estudo) que envolva jovens, académicos e especialistas capazes de trazer para agenda pública **uma análise sobre a reforma do nosso sistema político e eleitoral.**

Este programa de audição deve integrar simultaneamente **propostas que aproximem os partidos dos cidadãos, criação de condições para que novos movimentos cívicos possam aceder ao espaço político, e reformas institucionais capazes de aumentar a representatividade** e a confiança nos partidos e instituições. Entre essas propostas podem ser destacadas a necessidade de promover um debate alargado sobre a criação de um círculo compensatório nacional que permita maior proporcionalidade do sistema eleitoral, a implementação de quotas de juventude em listas de candidatura, a criação de mecanismos positivos para partidos que promovam a renovação geracional ou ainda a execução de programas estruturados de literacia democrática em escolas, universidades e associações. Um conjunto de reformas que é fundamental colocar à discussão nos órgãos próprios do CNJ para uma tomada de posição conjunta que fortaleça a nossa democracia e coloque os jovens como protagonistas centrais.



25 DE ABRIL DE 1976: ELEIÇÃO DO PRIMEIRO GOVERNO CONSTITUCIONAL

QUARENTA ANOS DA ADESÃO DE PORTUGAL À COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA

"PROPOMOS UMA ANÁLISE SOBRE A REFORMA DO NOSSO SISTEMA POLÍTICO E ELEITORAL."

3. IMPACTO E IMPLANTAÇÃO

Uma organização que se afirma enquanto estrutura representativa da juventude portuguesa só cumpre plenamente a sua missão quando se reconhece territorialmente, enraizada nas geografias diversas do país, e capaz de ouvir, com igual atenção, as vozes que se elevam de todos os cantos do país. É deste princípio democrático, que emerge a necessidade de efetivar os **conselhos regionais de juventude**, estatutariamente já previstos, e concebidos como plataformas de diálogo, concertação e representação que ligam o Conselho Nacional de Juventude aos múltiplos contextos territoriais onde vivem, estudam, trabalham e participam os jovens.

Estes conselhos, enquanto órgãos de proximidade, não podem ser meros prolongamentos administrativos do CNJ. Têm que ser territórios políticos próprios, capazes de interpretar as especificidades sociais, económicas e culturais de cada região e de as transpor para uma agenda de juventude verdadeiramente nacional.

Para isso, importa ter em consideração que a realidade juvenil nas regiões de baixa densidade, marcada por acesso desigual a serviços e oportunidades, não é a mesma que caracteriza as áreas metropolitanas, onde a pressão urbana reconfigura os desafios da emancipação. Os conselhos regionais permitem que esta diversidade não seja fonte de fragmentação, mas de representação plena e aprofundamento democrático.

A implantação territorial do CNJ através dos conselhos regionais produz efeitos concretos na qualidade da democracia juvenil:

- **Aproxima instituições, organizações juvenis locais e jovens em territórios afastados do cnj e dos centros de decisão**
- **Reconhece problemas muitas vezes invisíveis no debate nacional**
- **Transforma participação em sentimento de pertença e de representatividade**

Ao instituir plataformas regionais, o **CNJ amplia o seu alcance político e reforça a sua legitimidade**. A juventude exprime-se nas dinâmicas municipais, nos projetos comunitários, nos desafios das escolas locais, nas dificuldades de mobilidade e nas oportunidades que apenas o território pode revelar. Não há políticas nacionais eficazes para a juventude sem uma escuta territorial estruturada e contínua.

"OS CONSELHOS REGIONAIS DE JUVENTUDE SÃO FUNDAMENTAIS PARA QUE O CNJ ENRIQUEÇA AS SUAS TOMADAS DE POSIÇÃO A NÍVEL LOCAL."



A função destes conselhos é múltipla e complementar. Por um lado, asseguram que as realidades regionais têm palco e voz, promovendo diagnósticos próprios, debates regionais, auscultações locais e articulação com estruturas municipais e intermunicipais. Por outro, funcionam como espaços de mobilização e capacitação juvenil, onde os jovens desenvolvem competências cívicas, aprendem a deliberar e constroem visão estratégica a partir do seu território. Assim, num momento em que a coesão territorial é ameaçada por assimetrias populacionais, pela desigualdade económica e pela desertificação, **os conselhos regionais funcionam como instrumentos de justiça territorial**. Permitem que o CNJ esteja presente onde a participação é mais frágil e onde a cidadania se exerce em condições adversas.

Neste sentido, os conselhos regionais assumem-se como instrumentos ativos de coesão democrática:

- **Reforçam a capacidade dos jovens influenciarem decisões próximas**
- **Criam trajetos de participação contínua ao longo do território**
- **Promovem justiça territorial nas políticas de juventude**

A aposta nos conselhos regionais não é apenas uma opção estratégica. Reforça que a juventude portuguesa é uma realidade plural, que exige proximidade, presença e mecanismos de representação sensíveis à diversidade do país. Serão espaços onde o país se reencontra através da voz dos jovens.



4. CONVERSAS JOVENS: JUVENTUDE E OOMM'S

A força de uma instituição representativa mede-se pela vitalidade das estruturas que a compõem. O Conselho Nacional de Juventude não existe num vazio político ou social. Existe porque há organizações associativas e juvenis que dão corpo à pluralidade da juventude portuguesa e lhe conferem densidade democrática. Organizações de natureza académica, cultural, escutista, sindical, ambiental, humanitária, desportiva, comunitária, confessional ou partidária asseguram capilaridade territorial, diversidade ideológica e capacidade mobilizadora. O CNJ é a síntese dessa pluralidade, e é nela que reside a sua legitimidade política.

Por isso, a relação entre o CNJ e as organizações membro constitui um alicerce central do seu projeto institucional. Esta relação exige mais do que reconhecimento formal. Exige investimento continuado, traduzido em autonomia, capacitação, visibilidade, capacidade de intervenção e articulação. A representatividade do CNJ depende diretamente da qualidade desta relação e da forma como a dinamiza enquanto plataforma de valorização coletiva.

O associativismo juvenil tem demonstrado uma resiliência notável. Mesmo em contextos de assimetria territorial e mudança social, estas organizações permanecem espaços de cidadania ativa, formação cívica e inovação social. Contudo, essa vitalidade nem sempre encontra reconhecimento proporcional, impondo ao CNJ a responsabilidade de a projetar e amplificar.

É neste contexto que o Conselho Nacional de Juventude deve afirmar-se não apenas como estrutura representativa, mas como plataforma de valorização e colaboração das organizações membro. Assente em três dimensões:

- **Visibilidade para que causas e projetos ganhem reconhecimento público**
- **Capacitação para reduzir desigualdades territoriais e temáticas**
- **Cooperação para reforçar coesão e intervenção coletiva**

O CNJ, enquanto espaço de convergência de sensibilidades diversas, deve também assumir uma organização funcional, democrática e permeável aos jovens que representa. Legitimidade, transparência, participação e abertura são condições essenciais do exercício institucional. Um CNJ fechado perde atualidade; um CNJ aberto ganha profundidade.

A sua organização não se deve limitar às exigências formais da representação associativa. Deve criar espaços vivos de reflexão e diálogo, onde a juventude pensa o país para além dos momentos estatutários. Abrir o CNJ aos jovens é reconhecer que o pensamento juvenil emerge também fora das estruturas organizadas, em percursos diversos e experiências plurais.

É nesse espírito que **propomos a criação de um projeto com elevado valor estratégico intitulado "Conversas Jovens"**. Estes encontros funcionarão como momentos regulares de discussão aberta com jovens, inspirados em tertúlias cívicas e integrando sessões de expressão cultural que permitirão enriquecer o pensamento institucional do CNJ, reforçar a sua ligação à realidade juvenil e proporcionar um espaço de partilha entre OOMM's.

Abrir o CNJ aos jovens em sentido amplo é dar método à proximidade e forma ao encontro:

- **Momentos regulares de debate e escuta junto da juventude e decisores políticos**
- **Espaços culturais e criativos que alcancem linguagens não institucionais**
- **Um ponto de encontro onde a pluralidade se transforma em pensamento coletivo**

Ao conjugar uma base associativa sólida com esta abertura consciente, o Conselho Nacional de Juventude afirma-se como espaço de síntese entre organização e participação, entre continuidade e renovação democrática. Valorizar as organizações membro é valorizar a democracia na sua expressão juvenil. Abrir o CNJ aos jovens é garantir que essa democracia permanece viva, crítica e capaz de pensar o futuro.

"Eu acho importante votar, mas os partidos não falam para os jovens"

In id jovem: juventude em números

5. PROJEÇÃO MEDIÁTICA

Num ecossistema de informação cada vez mais dinâmico, competitivo e saturado, **a capacidade de intervir no espaço mediático tornou-se central ao exercício da cidadania e à afirmação das causas públicas.** O Conselho Nacional de Juventude, enquanto estrutura representativa da juventude portuguesa, não pode limitar a sua ação ao diálogo institucional. Deve também projetar-se no espaço mediático como ator relevante e legitimado, capaz de elevar o debate público sobre as questões juvenis e contrariar a sua estereotipização no discurso nacional.

A juventude portuguesa surge ainda com frequência associada a narrativas superficiais ou paternalistas. A sua presença mediática é irregular, a sua voz aparece filtrada e as suas causas são muitas vezes reduzidas a leituras episódicas. Falta, no discurso público, o reconhecimento da juventude enquanto espaço de competência, criatividade, responsabilidade cívica, consciência política e contributo estrutural para o desenvolvimento do país.

Neste contexto, a projeção mediática do Conselho Nacional de Juventude deve desempenhar um papel decisivo na qualidade da democracia:

- **Restituir à juventude a sua dignidade enquanto sujeito político**
- **Combater leituras simplistas e geracionalmente redutoras**
- **Construir uma narrativa pública assente no rigor e na diversidade**

Assim, a intervenção mediática do CNJ não é apenas uma necessidade comunicativa, mas um imperativo democrático. Representar jovens implica também representar a sua imagem pública, influenciar prioridades e disputar sentidos no espaço público. O campo mediático é uma arena onde legitimidades se constroem e agendas se consolidam. Um CNJ ausente perde relevância e **um CNJ visível e preparado ganha capacidade de influência.**



A consolidação desta presença exige uma estratégia clara. O primeiro eixo reside na **capacidade de intervir com regularidade e profundidade nos media generalistas** (imprensa, rádio, televisão e plataformas digitais) apresentando leituras fundamentadas sobre temas centrais da vida dos jovens, da educação ao emprego, da saúde mental à participação política, da cultura ao ambiente. Esta intervenção deve privilegiar consistência e explicação fundamentada, evitando a reação circunstancial.

O segundo eixo prende-se com a **qualificação da presença pública, garantindo que a juventude é representada com dignidade e rigor.** Isso implica definição de mensagens essenciais, preparação analítica, formação mediática interna e capacidade de traduzir temas complexos com clareza. O objetivo não é apenas ocupar espaço mediático, mas ocupá-lo com substância.

O terceiro eixo corresponde a uma **mediação cultural e cívica capaz de transformar a forma como a sociedade pensa a juventude,** promovendo narrativas responsáveis e afirmando os jovens como força política ativa.

Esta estratégia traduz-se numa presença mediática que:

- **Influencia a agenda pública em vez de apenas reagir**
- **Amplia vozes juvenis e territoriais menos visíveis**
- **Reforça a legitimidade política e social do CNJ**

A projeção mediática deve incluir também a comunicação de proximidade, valorizando os media regionais e locais como instrumentos de coesão territorial. É nestes espaços que muitos jovens acedem à visibilidade pública e onde o CNJ pode reforçar a representatividade territorial da juventude portuguesa.

Num contexto em que os media tradicionais coexistem com ecossistemas alternativos (redes sociais, podcasts, newsletters e plataformas digitais) **a estratégia do CNJ deve ser híbrida e multicanal, articulando presença institucional com formatos contemporâneos** capazes de dialogar com linguagens jovens, sem abdicar da dignidade institucional.

Fortalecer a projeção mediática do CNJ é, assim, afirmar um projeto político onde a juventude não surge apenas quando convém, mas quando importa e que não é evocada apenas como promessa futura, mas reconhecida como prioridade presente e parte ativa da solução nacional.



6. ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO

A juventude portuguesa vive num ambiente de comunicação marcado pela velocidade, pela fragmentação e pela disputa permanente da atenção. O espaço público tornou-se instável, com narrativas que se constroem e desfazem rapidamente, e onde a capacidade de intervenção depende tanto da qualidade das ideias como da força dos meios que as difundem. Num país onde tantas vezes se fala sobre os jovens sem lhes dar a palavra, é essencial que o Conselho Nacional de Juventude assuma plenamente o papel que a sua missão lhe confere: ser o rosto, a voz e a narrativa da geração que representa.

É neste contexto que propomos a **criação de um órgão de comunicação do CNJ**, uma plataforma editorial estruturada, com identidade própria e vocação pública, dedicada a produzir e difundir conteúdos que retratem a realidade juvenil portuguesa na sua pluralidade e ambição. Este projeto ultrapassa a mera divulgação de atividades. Procura pensar a juventude, documentar práticas, narrar quotidianos, valorizar criações e denunciar obstáculos, a partir da voz das organizações membro. É, simultaneamente, espaço de memória, reflexão, criação e reivindicação.

A criação deste órgão responde a uma necessidade política clara:

- **Afirmar a juventude como sujeito de discurso e não apenas como objeto de análise externa**
- **Devolver centralidade às experiências, lutas e propostas do movimento juvenil organizado e das organizações membro**

Este órgão deve assumir-se como plataforma de comunicação pública da juventude, articulando informação, reportagem, análise, cultura, opinião e divulgação científica. Deve garantir visibilidade contínua às organizações membro, registar boas práticas, explicar com rigor as lutas geracionais e revelar a energia criativa, cívica e cultural das novas gerações.

O CNJ não pode ficar refém de um modelo reativo. Precisa de capacidade para gerar agenda, moldar discurso e intervir no debate público com impacto. **Um órgão próprio devolve à juventude a possibilidade de ser autora do seu próprio relato** e permite ao CNJ afirmar-se como produtor qualificado de conteúdos sobre políticas públicas, direitos humanos, educação, cultura, inovação, emprego, habitação e outros domínios centrais da vida juvenil.


Este projeto integra igualmente uma dimensão formativa e participativa. **O órgão de comunicação pode funcionar como laboratório de criatividade e capacitação**, aberto à colaboração de jovens jornalistas, designers, criadores digitais, fotógrafos, investigadores e estudantes, concretizando uma missão pedagógica assente em:

- **Criar oportunidades reais de aprendizagem para jovens comunicadores**
- **Desenvolver competências críticas, éticas e profissionais na comunicação pública**

Ao mesmo tempo, este projeto deve dar voz e refletir a diversidade do movimento juvenil, das associações culturais às estudantis, das estruturas ambientais às humanitárias, das coletividades locais às organizações nacionais. Cada voz, território e causa devem encontrar aqui lugar de pertença e projeção, construindo uma narrativa mais justa e representativa da juventude portuguesa.

Acima de tudo, este órgão afirma que a comunicação não é apenas uma ferramenta, mas uma forma de poder democrático. Quem narra decide o que fica registado e quem informa molda o que se debate. Um CNJ com comunicação forte será um CNJ capaz de disputar o futuro com clareza, criatividade e ambição.





Um órgão próprio devolve
à juventude a possibilidade
de ser autora do seu
próprio relato

7. PROJETAR E TRANSFORMAR

Para além da intervenção política e da representação institucional, o **Conselho Nacional de Juventude deve assumir uma dimensão proativa, orientada para a criação de projetos com impacto direto na vida dos jovens e no território.** Muitos dos desafios da juventude portuguesa decidem-se à escala local, no acesso à habitação, ao emprego, à cultura, à mobilidade e à participação cívica.

Essa intervenção territorial permite converter pensamento político em ação concreta, com efeitos claros ao nível local:

- **Aproxima políticas públicas das necessidades reais dos jovens**
- **Valoriza a auscultação como base da decisão política**
- **Transforma participação abstrata em impacto mensurável**

Neste contexto, propõe-se a criação de uma plataforma de impacto através da qual o CNJ assume um papel ativo na **construção de planos municipais de juventude.** Este modelo não se configura como uma consultoria tradicional, mas como um processo participado, centrado na auscultação direta dos jovens nos contextos onde vivem, estudam e trabalham. Escolas, instituições de ensino superior, locais de trabalho, associações e espaços comunitários devem ser pontos de partida para compreender o que os jovens valorizam no seu território e as dinâmicas de permanência, saída ou regresso.

Com recurso à sua estrutura técnica e a uma bolsa de facilitadores especializados em participação juvenil, **o CNJ pode apoiar os municípios na realização de diagnósticos locais, na organização de processos participativos e no desenho de planos estratégicos baseados em prioridades concretas.** Este modelo afirma o princípio claro de que são os jovens que melhor sabem definir o que querem da sua terra. Ao prestar este serviço, o CNJ reforça a sua relevância institucional e a sua posição enquanto parceiro estratégico do poder local.

Deste trabalho de proximidade emerge um **programa de certificação de municípios para a juventude. O CNJ pode liderar a criação de um modelo de avaliação assente em eixos mensuráveis** como fiscalidade, saúde, habitação, equipamentos culturais e desportivos, mobilidade, participação juvenil, emprego e qualidade do espaço público, resultando numa apreciação global do compromisso municipal com a juventude.

Este modelo de certificação introduz critérios de exigência e melhoria contínua:

- **Reconhece boas práticas municipais em políticas de juventude**
- **Incentiva inovação através de avaliação transparente**
- **Cria referenciais públicos de qualidade territorial**

O programa deve ambicionar uma dimensão europeia. A articulação com o Fórum Europeu da Juventude e o desenvolvimento de projetos-piloto com selo europeu permitem posicionar Portugal na linha da frente das políticas locais de juventude. A avaliação independente pode ainda sustentar a construção de um ranking nacional de municípios amigos dos jovens, entendido como instrumento de estímulo positivo e de transparência.

De forma complementar, o CNJ deve assumir um papel ativo na promoção de mais e melhores empregos para os jovens, afirmando-se como mediador entre o Estado, as empresas e a juventude. No âmbito de um **pacto para o emprego jovem, o CNJ pode acompanhar e monitorizar compromissos, assegurando ganhos efetivos em contratação, estabilidade e qualificação profissional.** Ao articular-se com parceiros sociais e entidades públicas, o CNJ contribui para alinhar expectativas juvenis e práticas laborais, promovendo um mercado de trabalho mais justo, inclusivo e menos precário.

Por outro lado, o programa Diálogo Jovem da UE, enquanto fórum de reflexão e consulta conjunta e permanente dos jovens europeus, deve ser aprofundado e ter continuidade como eixo estruturante da intervenção do CNJ na proximidade com os jovens.

Um CNJ que facilita processos participativos, certifica boas práticas territoriais e medeia compromissos no emprego transforma política em impacto real, criando condições para que os jovens possam escolher ficar, regressar e construir o seu projeto de vida em Portugal.

8. FINANCIAMENTO

A solidez institucional de qualquer estrutura representativa depende não apenas da sua legitimidade democrática, mas também da estabilidade dos seus meios. Uma organização que pretende influenciar políticas públicas, participar no debate nacional e projetar internacionalmente a juventude portuguesa não pode viver de incerteza financeira ou de expedientes conjunturais. **O Conselho Nacional de Juventude necessita, por isso, de um modelo de financiamento coerente com a dignidade da sua missão e com as responsabilidades legais que lhe estão atribuídas.**

O ponto de partida desse modelo é a própria ordem jurídica. A Lei do Financiamento do Conselho Nacional de Juventude determina que o **Orçamento do Estado deve incluir uma rubrica específica para o financiamento do CNJ**, reconhecendo que uma instituição consultiva e representativa de âmbito nacional não pode depender de apoios incertos. Contudo, esta rubrica nunca foi plenamente materializada. O CNJ tem recebido apoio do Instituto Português do Desporto e Juventude, apoio que deve ser preservado, mas que não substitui a obrigação legal de financiamento direto pelo Orçamento do Estado.

A ausência desta rubrica limita a autonomia do CNJ, compromete o planeamento plurianual, fragiliza a contratação de pessoal técnico e dificulta a consolidação de projetos permanentes, condicionando a sua intervenção política e internacional.

Esta fragilidade estrutural traduz-se, de forma concreta:

- **Na perda de previsibilidade estratégica e capacidade de planeamento**
- **Na limitação da intervenção política e da presença internacional**
- **Na dependência excessiva de soluções conjunturais**

A reposição deste mecanismo legal é essencial para exigir ao CNJ o nível de excelência institucional que a sua missão pressupõe.

A este pilar jurídico-financeiro deve somar-se uma **cooperação institucional com as autarquias locais. Estruturas municipais e intermunicipais** dispõem de meios técnicos e proximidade territorial que permitem ampliar o alcance das iniciativas do CNJ. Esta cooperação deve ser complementar, nunca substituta, do financiamento nacional legalmente previsto.

O terceiro pilar reside no **aproveitamento das oportunidades europeias**, em particular do programa Erasmus+. Intercâmbios, voluntariado, academias de formação, projetos de participação cívica, parcerias e iniciativas de inovação social constituem instrumentos estratégicos para reforçar a ação do CNJ e **gerar valor para as organizações membro**, integrando-as nas candidaturas e dando apoio administrativo, **capacitando as OOMM's na captação deste tipo de financiamento.**



Importa igualmente valorizar o contributo das fundações e instituições públicas enquanto parceiras em projetos de interesse público ligados à juventude, à inclusão e à democracia. Este financiamento deve ser residual e cuidadosamente enquadrado, garantindo sempre a autonomia política do CNJ.

O modelo de financiamento proposto não é apenas administrativo, é uma visão política. **Um CNJ financeiramente robusto será mais independente, mais capaz de planear, mais competente** na execução de projetos e mais presente nos territórios e nos centros de decisão.

Esse reforço institucional permite:

- **Autonomia política face a ciclos governativos e contingências administrativas**
- **Investimento contínuo em estruturas técnicas e projetos estratégicos**
- **Presença consistente e credível a nível nacional e europeu**

A dependência de incertezas financeiras compromete a profundidade da intervenção do CNJ e perpetua a fragilidade das políticas de juventude.

A excelência institucional exige uma estrutura profissional estável e qualificada, com competências em gestão financeira, formulação de candidaturas e acompanhamento digital. Dotar o CNJ do modelo de financiamento que a lei já prevê é investir na qualidade da democracia portuguesa e na capacidade do Estado de dialogar com a sua juventude de forma responsável e consequente.



VI. ENCONTRO NACIONAL DE JUVENTUDE

O Encontro Nacional de Juventude ocupa um lugar singular na arquitetura democrática da juventude portuguesa. É o momento em que se convoca a pluralidade das organizações juvenis, a diversidade das causas e a riqueza das experiências de uma geração inteira para um exercício de reflexão que ultrapassa a ritualização anual. **O ENJ é o maior fórum da juventude portuguesa, um espaço de encontro, criação política e participação ativa que só o Conselho Nacional de Juventude pode oferecer.**

Se a juventude é diversa nas suas geografias, interesses, expressões culturais e formas de participação, então o ENJ deve refletir essa diversidade desde a sua génese. O seu planeamento deve assentar numa auscultação efetiva das organizações membro, garantindo que temas, formatos e prioridades respondem às expectativas reais do movimento juvenil. Um encontro verdadeiramente representativo constrói-se antes de acontecer, com envolvimento, escuta e corresponsabilização.

O desenho do ENJ não pode limitar-se ao debate formal. A política juvenil é também vivida, criada e representada. Integrar expressão cultural, artística e comunitária permite que cada jovem se reconheça naquele espaço e encontre nele pertença.

O ENJ deve afirmar-se como um espaço que integra diferentes linguagens da participação juvenil:

- **Debate político estruturado e reflexão crítica**
- **Expressão cultural, artística e simbólica**
- **Diálogo entre percursos, causas e territórios**

Ao mesmo tempo, o ENJ deve ser um espaço de verdadeira projeção das organizações membro. É ali que estas devem apresentar projetos, partilhar experiências e dialogar com outras realidades juvenis, criando pontes de cooperação que muitas vezes não se constroem no quotidiano. Dar visibilidade às organizações no ENJ é reforçar o movimento juvenil como um todo e combater invisibilidades internas.

O ENJ deve ser inclusivo por definição. Não pode restringir-se às organizações mais presentes na vida institucional do CNJ, mas acolher todas, independentemente da sua dimensão, território ou área temática. A juventude portuguesa não cabe em categorias estanques e o ENJ deve ser o espaço onde essa diversidade se transforma em força coletiva.

Tão importante quanto o planeamento é o balanço. O ENJ deve ser avaliado de forma estruturada após a sua realização, envolvendo organizações, participantes e parceiros, permitindo consolidar aprendizagens e melhorar continuamente.

A consolidação do ENJ assenta em três princípios essenciais:

- **Participação ampla e informada desde o planeamento**
- **Diversidade real nos conteúdos, formatos e protagonistas**
- **Avaliação crítica como base de melhoria contínua**

O valor do ENJ reside nesta capacidade de convergência. É o único espaço nacional que reúne, no mesmo plano, juventude organizada, criadora, científica, comunitária e política. Um gesto democrático que senta todos à mesma mesa para pensar o país a partir de múltiplos olhares, sem apagar diferenças, mas integrando-as num horizonte comum.

O ENJ não é apenas um momento do CNJ. É a sua afirmação mais visível, mais plural e mais democrática. A sua renovação contínua, assente na auscultação e no balanço coletivo, é um investimento direto no futuro do movimento juvenil português.

**"O ENJ DEVE AFIRMAR-SE
COMO UM ESPAÇO QUE
INTEGRA DIFERENTES
LINGUAGENS DA
PARTICIPAÇÃO JUVENIL"**

VII. ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Analisar a transversalidade das políticas de juventude significa também o esforço de ultrapassar os limites de uma área específica, para abordar todas de maneira integrada, coerente e prioritária. Sem comprometer a eficácia de um plano estratégico de intervenção, os desafios enfrentados pelos jovens não podem ser relegados a segundo plano, e a defesa dos seus direitos não deve depender da existência de linhas de financiamento para projetos nessa área. As dimensões de atuação e reivindicação que destacamos estarão, portanto, no centro das nossas ações diárias e servirão como caminhos de trabalho; porém, não são fixas quanto à quantidade ou aos temas abordados, precisarão ser ajustadas continuamente à realidade concreta da vida dos jovens.

- Ambiente e Sustentabilidade
- Voluntariado
- Saúde, Bem-Estar e Desporto
- Habitação
- Emprego e Inovação
- Comunidades, Europa, Lusofonia e Mundo

- Associativismo e Participação Cívica
- Coesão Territorial e Mobilidade
- Cultura
- Digitalização e Tecnologias
- Direitos Humanos, Paz e Inclusão
- Educação e Qualificação

1. AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

As alterações climáticas configuram uma das maiores ameaças do nosso tempo, com impactos que vão desde o aumento das temperaturas globais e derretimento das calotas polares até à destruição de ecossistemas e perda acelerada de biodiversidade. A pressão sobre os recursos naturais e o crescimento desenfreado de economias emergentes agravam ainda mais esta crise, colocando em risco o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida das gerações futuras.

Portugal, por exemplo, já ultrapassa os limites de uso sustentável dos recursos, reforçando a urgência de uma mudança profunda nos hábitos de consumo e nas políticas ambientais. Diante deste cenário, a juventude emerge como uma força transformadora, mobilizando-se de forma crescente em torno da sustentabilidade e da defesa do planeta. Jovens de todo o mundo têm unido esforços em organizações e movimentos que exigem ações concretas, pressionam governos e propagam soluções inovadoras para proteger o futuro. Esta energia coletiva revela uma consciência profunda de que o amanhã depende das escolhas feitas hoje, inspirando esperança e ação em cada passo rumo a um mundo mais equilibrado.

O Conselho Nacional de Juventude desempenha um papel estratégico neste movimento, fortalecendo a participação jovem em processos de decisão nacionais e europeus, e promovendo políticas públicas que respeitem o princípio da justiça intergeracional. Através de iniciativas que ligam a juventude portuguesa a fóruns europeus, como o European Youth Forum, o CNJ tem a oportunidade de amplificar a voz dos jovens, defendendo um futuro sustentável e equitativo. Esta cooperação transnacional mostra que, unidos e conscientes, os jovens podem ser agentes de mudança e arquitetos de um mundo mais justo para todos.



2. ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

O associativismo juvenil é uma das expressões mais consistentes e duradouras da participação cívica em Portugal. Longe de se limitar a momentos eleitorais ou a formas convencionais de intervenção política, manifesta-se numa vasta rede de associações culturais, desportivas, ambientais, solidárias e estudantis, onde milhares de jovens aprendem a participar, a representar e a construir respostas coletivas para os desafios do seu tempo. Estes espaços constituem verdadeiros laboratórios de cidadania, fundamentais para a formação cívica das novas gerações e para o fortalecimento da coesão social e democrática do país.

Os dados disponíveis confirmam a vitalidade deste movimento associativo, com uma presença significativa de jovens em clubes, associações e estruturas representativas ao longo do percurso educativo, do ensino básico ao ensino superior. Em particular, as associações de estudantes continuam a desempenhar um papel central na dinamização da vida comunitária, na promoção de iniciativas culturais, sociais e solidárias e na criação de pontes entre a juventude e os processos de decisão. A participação organizada permanece, assim, um dos principais canais através dos quais a juventude se envolve ativamente na vida pública.

Neste contexto, o Conselho Nacional de Juventude assume uma centralidade incontornável. Enquanto plataforma representativa do movimento associativo juvenil, cabe-lhe valorizar essa diversidade, acompanhar a evolução do enquadramento legal do associativismo jovem, garantindo a facilidade de associação e dotando as organizações dos meios necessários para o desenvolvimento da sua atividade. Compete-lhe ainda proteger todos aqueles que participam ativamente na construção de uma sociedade mais solidária, promover o conhecimento sobre a participação juvenil e reforçar a ligação entre a experiência associativa e o reconhecimento de que a democracia começa na escola. Nesse sentido, o CNJ deve ter uma ação efetiva, defendendo e implementando programas que garantam condições adequadas às associações de estudantes do ensino básico e secundário. Ao fazê-lo, o CNJ afirma-se como um espaço de síntese, de projeção e de transformação da energia cívica das novas gerações em influência efetiva na definição do futuro coletivo do país.

3. COESÃO TERRITORIAL E MOBILIDADE

A coesão territorial e a mobilidade constituem hoje dois dos eixos mais decisivos para a igualdade de oportunidades entre jovens. Num país marcado por profundas assimetrias entre litoral e interior, áreas metropolitanas e territórios de baixa densidade, o local de nascimento ou de residência continua a condicionar o acesso à educação, ao emprego, à cultura, à habitação e à participação cívica. Para muitos jovens, a mobilidade deixou de ser apenas uma possibilidade de escolha e tornou-se uma necessidade imposta, frequentemente associada à saída forçada do território de origem. Esta realidade fragiliza comunidades, acelera processos de desertificação e compromete a sustentabilidade social e demográfica do país.

A mobilidade, contudo, deve ser entendida como direito e não como penalização. Um sistema de transportes acessível, articulado e financeiramente suportável é condição essencial para que os jovens possam estudar, trabalhar, participar e criar laços sem que a geografia se transforme numa barreira estrutural. Investir na mobilidade juvenil é investir na autonomia, na inclusão social e na liberdade de escolha. Ao mesmo tempo, a coesão territorial exige políticas integradas que criem condições para que os jovens possam permanecer, regressar ou fixar-se em diferentes regiões do país, através do acesso a emprego qualificado, serviços públicos de qualidade, oferta cultural e espaços de participação.

Neste contexto, o Conselho Nacional de Juventude deve afirmar-se como voz ativa na defesa de uma visão territorialmente justa das políticas públicas de juventude. Cabe-lhe denunciar desigualdades, dar visibilidade às realidades periféricas e contribuir para soluções que articulem mobilidade, desenvolvimento local e participação juvenil. Promover a coesão territorial é garantir que nenhum jovem fica para trás por razões geográficas. É reconhecer que o futuro do país depende da capacidade de ligar territórios, aproximar oportunidades e permitir que cada jovem possa construir o seu projeto de vida onde escolher.



4.CULTURA

A cultura é um instrumento essencial de desenvolvimento humano, participação democrática e coesão social. Para a juventude portuguesa, representa um espaço de expressão, reflexão e construção de sentido coletivo, devendo ser entendida como uma causa geracional. O acesso à cultura não é apenas uma questão de fruição artística, mas uma condição de cidadania plena e de igualdade de oportunidades. Persistem, contudo, barreiras estruturais ao acesso cultural. A desigual distribuição territorial da oferta, os custos associados à participação cultural e a fragilidade do apoio à criação artística juvenil limitam o envolvimento de muitos jovens. Estas desigualdades enfraquecem o papel da cultura enquanto espaço de inclusão e participação democrática.

Perante este contexto, torna-se indispensável reforçar políticas públicas que democratizem o acesso à cultura e valorizem a produção cultural juvenil. A promoção da educação artística, o apoio direto a jovens criadores e a descentralização da política cultural são passos fundamentais para garantir que o talento juvenil possa emergir em todo o território.

É neste quadro que o Conselho Nacional de Juventude deve afirmar uma intervenção clara e mobilizadora. Defender instrumentos como um crédito cultural jovem, estimular redes de criação juvenil e promover uma oferta cultural acessível e descentralizada é contribuir para uma sociedade mais plural, mais justa e mais participativa. A cultura não é um complemento da democracia, é um dos seus fundamentos.



5.DIGITALIZAÇÃO E TECNOLOGIA

A digitalização transformou profundamente a forma como os jovens vivem, comunicam, aprendem e participam na vida democrática. Para a juventude portuguesa, o espaço digital é hoje um território essencial de socialização e construção identitária, tornando a literacia digital uma condição fundamental de cidadania. O modo como o país prepara os seus jovens para este contexto influencia diretamente o futuro da democracia, da economia e da coesão social.

Apesar dos elevados níveis de conectividade, os dados revelam fragilidades significativas nas competências digitais da população. Apenas pouco mais de metade dos portugueses possui competências digitais básicas, com desigualdades acentuadas entre territórios, níveis de escolaridade e rendimentos. Estas assimetrias fazem da transição digital não apenas um desafio tecnológico, mas um problema estrutural de equidade e inclusão. A emergência da inteligência artificial acrescenta novas exigências a este cenário. Os jovens encontram-se entre os utilizadores mais frequentes destas tecnologias, mas o tecido económico e institucional revela uma adaptação mais lenta, criando um desfasamento que limita o aproveitamento do potencial tecnológico das novas gerações. Este hiato coloca em risco a valorização profissional e cívica de competências que os jovens já dominam.

É neste quadro que o Conselho Nacional de Juventude assume um papel estratégico. Ao transformar dados em ação política, ao articular literacia digital com direitos, participação e justiça social, e ao intervir na concretização das metas nacionais e europeias, o CNJ pode contribuir para uma transição digital que seja simultaneamente inovadora, democrática e inclusiva.





6. DIREITOS HUMANOS, PAZ E INCLUSÃO

A segurança e a paz são condições fundamentais para o desenvolvimento humano, mas não se esgotam na dimensão militar nem em metas orçamentais isoladas. Num contexto internacional marcado por conflitos prolongados e por crescentes incertezas económicas e sociais, torna-se evidente que a segurança sustentável exige a defesa efetiva dos direitos humanos, da igualdade e da coesão social. Para a juventude portuguesa, este desafio é particularmente relevante: a estabilidade do futuro depende da capacidade coletiva de preservar a dignidade humana num mundo cada vez mais complexo.

Os jovens emergem, neste contexto, como atores centrais na construção da paz. Longe de uma visão ingénuo ou simplista, a sua intervenção deve reconhecer a complexidade dos conflitos contemporâneos e afirmar uma posição clara em defesa de soluções diplomáticas, cooperativas e baseadas no diálogo e no direito internacional. A experiência internacional demonstra que quando os jovens são envolvidos em processos de mediação, educação para a paz e resolução de conflitos, as soluções tornam-se mais inclusivas, legítimas e duradouras.

No plano interno, persistem desafios graves aos direitos humanos. As desigualdades de género, a violência contra mulheres e raparigas, a discriminação contra jovens LGBTQIA+, bem como o racismo e a xenofobia, continuam a limitar o acesso pleno à segurança, à participação e à cidadania. Estas realidades não são apenas injustiças individuais, são também fragilidades estruturais que comprometem a coesão democrática e a confiança nas instituições.

É neste quadro que o Conselho Nacional de Juventude deve afirmar uma posição clara e responsável. Promover os direitos humanos, integrar a juventude nos debates sobre paz e segurança e defender soluções diplomáticas informadas não é uma opção ideológica, mas um dever democrático. O CNJ deve ser espaço de articulação entre dados, experiência associativa e intervenção política, contribuindo para uma visão de segurança assente na dignidade humana, na justiça social e na construção ativa da paz.



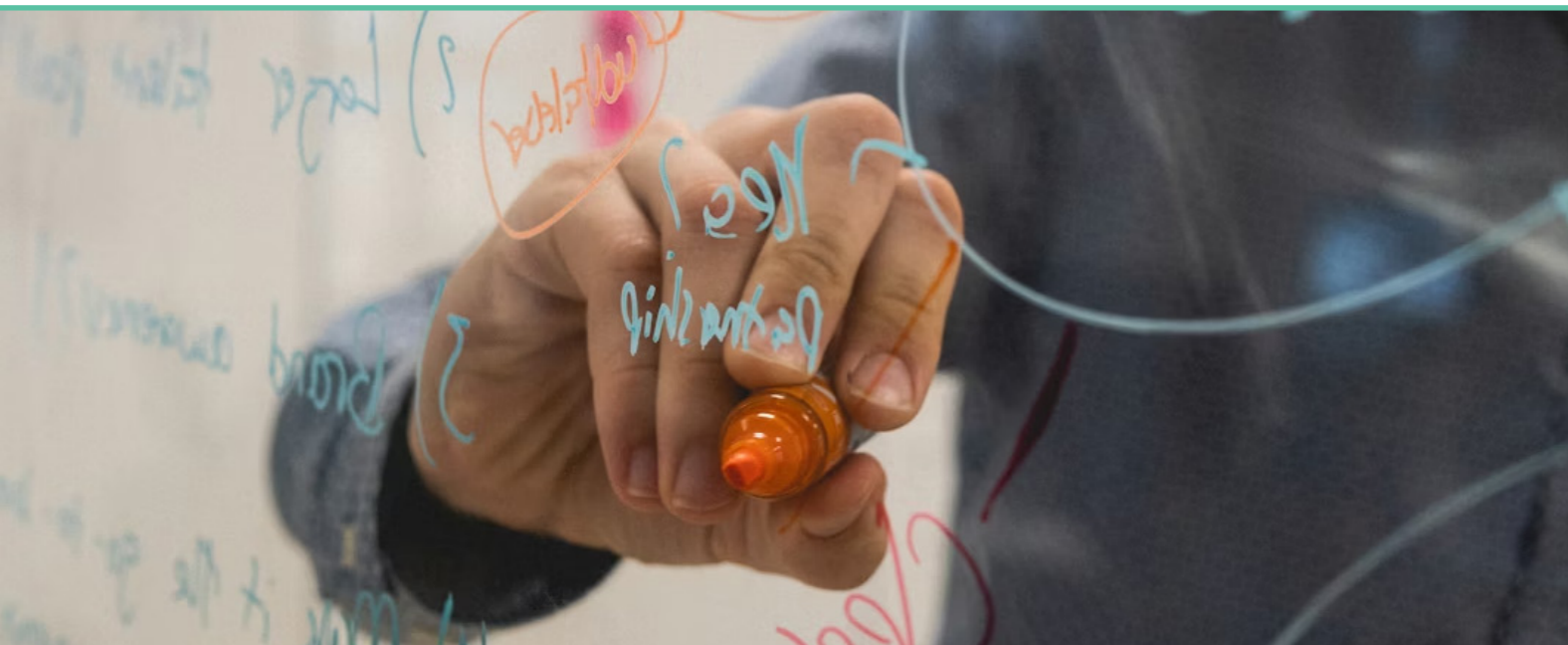
7. EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A história da educação em Portugal confunde-se com a própria construção da democracia. Durante décadas, o atraso educativo foi expressão de opções políticas que mantiveram largos segmentos da população afastados do conhecimento. As últimas décadas demonstram, porém, que quando a educação é assumida como prioridade nacional, o país transforma-se. Os dados são claros e mostram que o aumento significativo dos níveis de escolarização e da percentagem de jovens diplomados no ensino superior evidencia um esforço coletivo que permitiu a Portugal aproximar-se dos seus pares europeus e romper com ciclos históricos de exclusão educativa. Este percurso não se esgotou, contudo, na educação formal.

Em paralelo, a educação não formal, desenvolvida no associativismo juvenil, no voluntariado, na participação cívica, na cultura e no desporto, tem desempenhado um papel determinante na formação integral das novas gerações, promovendo competências transversais, espírito crítico e compromisso democrático que dificilmente se capturam apenas em currículos escolares.

Este progresso, embora notável, convive hoje com desafios estruturais ao longo de todo o percurso educativo. Desde a insuficiência de respostas em creches e pré-escolar, passando pela falta de professores, pelo envelhecimento do corpo docente e pelas fragilidades infraestruturais das escolas, até às desigualdades persistentes no acesso e permanência no ensino superior, o sistema educativo revela tensões que exigem respostas políticas consistentes, articuladas e baseadas em evidência. A estas fragilidades soma-se a necessidade de reconhecer, valorizar e articular melhor a educação não formal com o sistema educativo, garantindo que competências adquiridas em contextos associativos, comunitários ou de participação jovem são reconhecidas, promovidas e integradas nas trajetórias educativas e profissionais. A educação profissional assume aqui um papel central, contribuindo para a redução do abandono escolar e para a diversificação de competências, mas carece ainda de valorização social e de reforço da sua qualidade e ligação ao tecido económico.

No ensino superior, apesar do crescimento sem precedentes do número de estudantes e diplomados, mantêm-se barreiras profundas associadas à origem socioeconómica, aos custos de frequência e à insuficiência de alojamento estudantil. A revisão do regime jurídico do setor, a valorização do sistema binário e a aposta na inovação pedagógica surgem como oportunidades decisivas para aprofundar a democratização do acesso e da experiência educativa. Esta inovação deve também incorporar metodologias que valorizem aprendizagens ao longo da vida e experiências de educação não formal. Neste quadro, o Conselho Nacional de Juventude deve assumir-se como ator central na tradução de dados e diagnósticos em ação política, intervindo com rigor e responsabilidade para que a educação continue a ser um verdadeiro instrumento de emancipação, justiça social e futuro coletivo.



8. EMPREGO E INOVAÇÃO

O emprego é o eixo fundamental sobre o qual assenta a capacidade de cada geração construir autonomia, segurança e pertença social. Para muitos jovens portugueses, contudo, o mercado de trabalho tem-se traduzido em precariedade, baixos salários e percursos instáveis, apesar de níveis de qualificação historicamente elevados. Esta tensão entre formação e realidade laboral constitui um dos maiores desafios estruturais do país, num momento em que as próprias formas de organização do trabalho estão a ser amplamente debatidas no contexto europeu.

Os dados mostram que a precariedade deixou de ser exceção para se tornar regra, com elevada incidência de contratos temporários, subutilização do trabalho jovem e uma forte discrepância entre qualificações e funções exercidas. A economia portuguesa forma talento, mas oferece condições insuficientes para o valorizar, criando um bloqueio sistémico à progressão profissional e à construção de projetos de vida duradouros. Esta realidade alimenta a fuga de jovens qualificados, hoje uma das mais elevadas da União Europeia. Cada jovem que emigra representa não apenas uma decisão individual, mas uma perda coletiva de investimento público, inovação e capacidade transformadora. O acompanhamento atento de novas dinâmicas laborais, que surgem no debate público e nas experiências internacionais, deve integrar a reflexão estratégica sobre o futuro do emprego jovem de forma a garantir um equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal dos jovens.

O empreendedorismo e a inovação surgem como caminhos promissores, mas continuam limitados por fragilidades estruturais e desigualdades territoriais. É neste quadro que o Conselho Nacional de Juventude assume uma responsabilidade central. Defender trabalho digno, estabilidade, inovação e oportunidades reais para os jovens é garantir a sustentabilidade económica e democrática do país. A juventude não foge por falta de ambição, foge por falta de condições. Transformar essas condições é um imperativo político e geracional.

9. COMUNIDADES, EUROPA, LUSOFONIA E MUNDO

Num contexto em que um terço dos jovens portugueses vive fora do país, reforçar a ligação do CNJ à diáspora é essencial para ouvir, envolver e representar uma comunidade jovem que continua ligada a Portugal, esteja onde estiver.

A juventude portuguesa constrói hoje a sua identidade num espaço que ultrapassa largamente as fronteiras nacionais. A Europa, o espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e o mundo constituem dimensões inseparáveis da experiência das novas gerações, seja através da mobilidade, da cooperação académica, do trabalho, da cultura ou da cidadania. Num contexto internacional marcado por instabilidade, tensões geopolíticas e transições profundas, a participação da juventude nos espaços multilaterais, nos fóruns internacionais de juventude e nos espaços de cooperação lusófona tornou-se um fator estratégico para a defesa da democracia, dos direitos humanos e da paz. A projeção externa do Conselho Nacional de Juventude não é, por isso, um exercício simbólico, mas uma responsabilidade política com impacto direto no futuro coletivo.

No plano europeu, a integração da juventude portuguesa nos processos de decisão e nas redes de cooperação assume particular relevância. A construção europeia continua a ser um espaço determinante de definição de políticas públicas em áreas como educação, emprego, transição digital, sustentabilidade e participação democrática. Garantir que a voz da juventude portuguesa é ouvida exige uma presença ativa e qualificada em espaços como o European Youth Forum, onde se constroem posições comuns, se influenciam agendas europeias e se articulam respostas coletivas aos desafios enfrentados pelas novas gerações. Em paralelo, a dimensão lusófona constitui um espaço estratégico singular, fundado numa língua comum, numa história partilhada e em desafios estruturais que atravessam as juventudes dos países da CPLP, oferecendo oportunidades únicas de cooperação, mobilidade, intercâmbio cultural e solidariedade intergeracional.

Num mundo cada vez mais interdependente, o papel da juventude na diplomacia, na mediação e na cooperação internacional ganha centralidade. A promoção da paz, a defesa dos direitos humanos, a resposta às desigualdades globais e a construção de soluções comuns para desafios transnacionais exigem novas formas de participação jovem, informadas, responsáveis e comprometidas com o multilateralismo. O Conselho Nacional de Juventude deve assumir-se como ponte entre a juventude portuguesa, o espaço europeu e a CPLP, contribuindo para uma presença internacional que vá além da representação formal e que valorize a cooperação entre juventudes, a diplomacia jovem e a afirmação de uma comunidade lusófona mais justa, mais coesa e mais solidária à escala global.



10. HABITAÇÃO

A habitação é hoje o maior bloqueio à emancipação da juventude portuguesa e à igualdade real de oportunidades. O aumento contínuo dos preços do arrendamento e da compra de casa, muito acima da evolução dos salários, transformou o direito a habitar num fator de exclusão. Para milhares de jovens, iniciar uma vida autónoma significa adiar projetos, aceitar condições precárias ou prolongar, contra vontade, a permanência no agregado familiar. Habitar deixou de ser um ponto de partida para a vida adulta e passou a ser um obstáculo estrutural.

Nos últimos anos, foram criados instrumentos públicos para mitigar este problema, como benefícios fiscais na compra de habitação ou garantias estatais no crédito. Embora importantes, estas respostas continuam a ter um alcance limitado, sobretudo nos territórios onde a crise é mais intensa. A falta de oferta acessível reduz o impacto real destas medidas e mantém muitos jovens excluídos de um mercado habitacional que não acompanha a sua capacidade financeira nem a instabilidade dos percursos profissionais no início da vida ativa.

A situação é ainda mais grave para os estudantes do ensino superior. A escassez de residências públicas e os atrasos na sua expansão empurram milhares de jovens para o mercado de arrendamento privado, comprometendo escolhas académicas, agravando desigualdades sociais e colocando em risco a continuidade dos estudos. A habitação estudantil não é apenas uma resposta social, é uma condição para a democratização do acesso ao ensino superior e para a mobilidade territorial e social.

A crise da habitação é, por isso, uma crise de direitos, de coesão e de futuro. O Conselho Nacional de Juventude deve assumir este tema como prioridade política central, exigindo respostas públicas mais ambiciosas, rápidas e justas, valorizando soluções públicas, cooperativas e locais.



11. SAÚDE, BEM-ESTAR E DESPORTO

A prática desportiva e a atividade física são pilares essenciais para o bem-estar, para a saúde em sentido amplo, incluindo a saúde física, mental, e para a integração social dos jovens. O direito ao desporto deve ser efetivamente universal, garantindo condições para que todas as crianças e jovens possam desenvolver hábitos regulares de atividade física desde cedo, como parte integrante de uma política de saúde pública mais abrangente. Num país que continua entre os piores da União Europeia em níveis de prática desportiva, é fundamental reconhecer que o desporto não é um luxo, mas um instrumento central de saúde pública, desenvolvimento pessoal e coesão social, com impacto direto na sustentabilidade futura do próprio sistema de saúde.

Apesar dos avanços registados nos últimos anos, persistem fragilidades estruturais evidentes. Estas não se esgotam no domínio do desporto, refletindo-se também nas dificuldades do próprio sistema de saúde, marcado por constrangimentos no acesso, assimetrias territoriais, escassez de profissionais e pressão crescente sobre os serviços públicos. No plano desportivo, subsistem uma intervenção escolar insuficiente, a falta de infraestruturas adequadas e dificuldades na conciliação entre percurso académico e desportivo, sobretudo no alto rendimento. No plano da saúde, estas fragilidades traduzem-se numa resposta muitas vezes tardia e reativa, em detrimento de políticas de prevenção, promoção da saúde e literacia em saúde dirigidas aos jovens. Reforçar políticas públicas que promovam o desporto desde a escola, valorizem a Educação Física e integrem a atividade física como ferramenta preventiva é inseparável da necessidade de fortalecer um sistema de saúde acessível, equitativo e capaz de responder às necessidades das novas gerações.

O Conselho Nacional de Juventude deve assumir um papel mobilizador na defesa de políticas públicas que articulem desporto, saúde e bem-estar juvenil. Esta responsabilidade é reforçada pelo facto de diversas organizações da área da saúde que integram o CNJ, acompanharem de perto as fragilidades do sistema e deterem conhecimento qualificado sobre os seus desafios estruturais. A articulação com estas organizações, nomeadamente no âmbito do Fórum Nacional de Estudantes de Saúde, onde se sentam as várias estruturas do CNJ ligadas a esta área, confere ao Conselho Nacional de Juventude uma posição particularmente relevante para intervir de forma informada e responsável no debate sobre o futuro do sistema de saúde. Em paralelo, importa colocar a promoção da saúde juvenil no centro da agenda política, não apenas enquanto resposta a problemas de saúde mental, mas enquanto visão integrada que valoriza a prevenção, o acesso a cuidados, a qualidade de vida e a capacitação dos jovens para escolhas saudáveis. Investir no desporto juvenil, em articulação com um sistema de saúde público forte e inclusivo, é investir numa geração mais saudável, mais equilibrada e mais preparada para construir o futuro.

12.VOLUNTARIADO

O voluntariado é uma das expressões mais sólidas da cidadania ativa entre os jovens, afirmando-se como espaço de solidariedade, aprendizagem e construção de comunidade. A juventude portuguesa demonstra uma forte disponibilidade para a ação voluntária, sobretudo quando existem estruturas organizadas que facilitam a participação. Ainda assim, o voluntariado jovem continua marcado pela informalidade, pela irregularidade e por desigualdades territoriais, refletindo a falta de uma estratégia nacional consistente que valorize, qualifique e dê continuidade a estas práticas.

É neste contexto que o Conselho Nacional de Juventude deve assumir um papel central. Cabe ao CNJ apoiar as organizações juvenis, reforçar a formação e o acompanhamento de voluntários, promover redes de cooperação e valorizar publicamente o impacto do voluntariado jovem. Ao integrar o voluntariado de forma estruturada nas políticas de juventude, educação, saúde e coesão social, o CNJ contribui para uma democracia mais participada e inclusiva. Promover o voluntariado jovem é investir numa geração mais consciente, solidária e preparada para assumir responsabilidades coletivas. O voluntariado não é apenas um gesto de altruísmo, é uma escola de cidadania, um espaço de desenvolvimento pessoal e um instrumento de transformação social. Valorizar esta prática é reconhecer o papel dos jovens na construção de um país mais justo, mais próximo e mais humano.



FRANCISCO
GARCIA →



FRANCISCO
GARCIA →



**CANDIDATO
À PRESIDÊNCIA**

**JUNTOS NA
DIVERSIDADE,
PELA NOSSA
GERAÇÃO**